

NATUREZA NA CIDADE: UM OLHAR SOBRE O PARQUE MÃE BONIFÁCIA - CUIABÁ/MT

Eledir da Cruz Martins¹
Sônia Regina Romancini²

Introdução

O presente estudo enfoca a valorização do espaço a partir das relações da sociedade com a natureza. Levando-se em consideração que a capacidade técnica de transformação que o homem possui se aplicada ao ambiente, produz um espaço urbano em que a natureza é urbanizada. Assim ao invés de sermos capazes de ver a relação entre cidade e natureza reduzimos nossa visão e passamos a interpretar e utilizar a natureza de acordo como queremos que ela seja inserida em nosso projeto de cidade, ou seja, como algo belo, expressivo e esteticamente produzido.

Olvidamos que a natureza tem dinâmicas próprias, e deve ser compreendida a partir de fluxos e relações que extrapolam a escala territorial da cidade. Segundo Sposito (1998), se faz necessário ver a natureza não somente como um recurso ou paisagem para contemplação, mas como ambiente e este sendo valorizado não em aspectos comerciais, e sim no contexto integrado com o urbano.

O Parque Mãe Bonifácia é a maior e melhor estruturada área verde da cidade de Cuiabá/MT e vem propiciando valorização imobiliária no seu entorno. A partir deste pressuposto buscou-se conhecer a representação da natureza por parte dos freqüentadores e moradores do entorno do parque, e dos agentes imobiliários que atuam no entorno do Parque Mãe Bonifácia, bem como a forma que estes agentes tem utilizado para se apropriar dessa natureza.

Com vistas a alcançar os objetivos propostos optamos por utilizar como técnica de coleta de dados entrevista estruturada, aplicadas aos freqüentadores do parque, moradores de edifícios de alto padrão que estão localizados no entorno do parque, visitas a órgãos públicos para levantamento de dados, e também a realização de pesquisa bibliográfica relacionada ao tema abordado. A escolha desta área para a construção deste estudo se

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia – Departamento de Geografia - Universidade Federal de Mato Grosso
e-mail: eledir.martins@bol.com.br

Tema da dissertação em desenvolvimento no Mestrado em Geografia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Sônia Regina Romancini

² Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia/ Universidade Federal de Mato Grosso

deve ao fato do parque ser um espaço público natural, mas ao longo do tempo vem se tornando uma mercadoria, com alto valor comercial.

Cuiabá: Cidade Verde

No sentido etimológico, “Cuiabá” vem do guarani “Cuyaverá”, modificada de “kyya”, que significa lontra e “verá”, designando resplandecente; Cuiabá – Cuyabá – Cuyavá – Cuyaverá - Kyyaverá: Lontra Brilhante (FERREIRA e SILVA, 1998). Cuiabá teve sua origem pela mineração em 1719. No dia primeiro de janeiro de 1727 foi elevada à categoria de vila, passando a denominar-se Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá. Em 17 de setembro de 1818 foi elevada à categoria de cidade. O município de Cuiabá está localizado na porção Centro-Sul do Estado de Mato Grosso, na região denominada Depressão Cuiabana, Centro Geodésico da América do Sul, a cidade de Cuiabá apresenta altitude média de 165m e localiza-se à margem esquerda do rio Cuiabá, afluente da margem esquerda do rio Paraguai, pertencendo assim a bacia do Prata.

Possui clima tropical altamente úmido e seco, com duas estações bem definidas, uma chuvosa, o verão e outra, seca, o inverno, predominando as altas temperaturas, com médias em torno de 26°C. No tocante a cobertura florística, no entorno de Cuiabá, encontra-se a formação do Cerrado, constituído por vegetação arbustiva e herbácea e alguns resquícios da mata de galeria ao longo dos cursos dos rios.

Cuiabá destaca-se pela concentração das funções administrativas, como centro comercial atacadista e varejista, e pela prestação de serviços especializados, cuja área de polarização se estende por todo o Estado de Mato Grosso, sul do Pará e parte do Estado de Rondônia, por estas razões Vilarinho Neto (2002), concluiu em estudos recentes que Cuiabá é uma metrópole regional.

Em anos passados Cuiabá recebeu a denominação de “Cidade Verde” isto em razão das inúmeras árvores que se podia observar nesta capital. Com o passar dos anos e com a intensificação do processo de urbanização estas paisagens foram dando lugar a conjuntos arquitetônicos e novos bairros. A paisagem verde aos poucos foi desaparecendo restando apenas algumas manchas verdes em todo espaço urbano que vem sendo preservada sob a forma de parques urbanos ou horto florestal.

Atualmente Cuiabá conta com um Horto Florestal denominado de Tote Garcia com aproximadamente 17 hectares de área. No centro da cidade está localizado o Morro da Luz que é considerado um importante ponto histórico e cultural de Cuiabá e que abriga uma variedade de fauna e flora nativa. Destacam-se como áreas verdes, três parques urbanos, que são o Parque Massairo Okamura, Parque da Saúde ou popularmente conhecido por

Parque Zé Bolo Frô e o Parque Mãe Bonifácia, sendo este último o objeto em que se concentram as discussões deste trabalho.

O Ambiente Urbano

O estudo sobre a temática ambiente natural ao longo dos anos, tem despertado o interesse de muitos pesquisadores. Entretanto, ao abordar questões relativas ao ambiente, deve se levar em consideração a sua dimensão cultural e esta por sua vez, inclui o homem como sendo uma de suas partes integrantes. Podendo ser concebido até mesmo, como o centro do sistema ambiental, devendo participar racionalmente do seu equilíbrio e sua estabilidade através de um planejamento. Assim, apesar de receber inúmeras definições com diferentes pontos de vista sobre a sua formação e a sua função social, a cidade se tornou o centro da vida humana, de seu inter-relacionamento. A medida que o comércio foi se tornando complexo, exigindo operações financeiras e não simplesmente troca de mercadorias, surge a necessidade da criação de infra-estrutura que melhor adaptasse ao processo e esta não poderia ser encontrada no campo.

A cidade se tornou um local de processamento e consumo, centro de troca de comércio, de recepção, transformação e armazenamento, com isto ela “distanciou-se necessariamente dos ecossistemas naturais, para tornar-se a anti-natureza por excelência. [...] Tudo que é produto da invenção e do engenho humano é o artificial, opondo-se forçosamente ao natural” (BRANCO, 1999 p. 128). Neste contexto, a cidade é onde ocorre mais visivelmente este artificialismo, uma vez que representa o oposto ao natural.

Apesar desta visão da cidade, nela mesma ainda é possível encontrar amostras que nos remetem à lembrança, o ambiente natural seja na forma de parques, jardins, zoológicos, dentre outras, ainda que seja por razões puramente ornamentais e paisagísticas, ou mesmo uma simples lembrança de um passado remoto. Um exemplo que podemos citar da preservação de amostras do ambiente natural é o caso dos povos japoneses que através de sua habilidade milenar conseguem reproduzir miniaturas de natureza para pequenos espaços, como por exemplo pequenos regatos, queda d'água entre árvores de pequeno porte, miniaturas de árvores como o bonzai, dentre outras e que podem ser vistas no interior das casas e da cidade. São réplicas perfeitas do quadro natural, porém produzido pelas mãos do homem.

Estes processos artificiais nos remetem à idéia de natureza, repouso, bucolismo, um verdadeiro contraste com a vida agitada das cidades. Esta busca pelo equilíbrio natural tem um caráter estético e não uma preocupação real com a natureza em si.

A árvore, por exemplo, em seu ambiente natural possui relação equilibrada e recíproca com elementos da natureza, na cidade, a sua relação é meramente circunstancial.

No primeiro caso os pássaros pousam em seus galhos e extraem o seu alimento, constroem seus ninhos ou retiram dela os materiais que serão utilizados na construção de seus ninhos (dependendo da espécie). A presença desses animais às vezes se torna indispensável para a sobrevivência da própria espécie da árvore, pois desempenham funções vitais como por exemplo, o processo de polinização de suas flores, dispersão de sementes dentre outros mais, tão necessárias a sua existência.

Esta relação equilibrada ocorre de modo bem diferente no ambiente urbano, entretanto isto não quer dizer que os pássaros não se utilizam das árvores das cidades, mas que eles podem encontrar outros “opções” que as substituem, por exemplo, os ninhos podem ser construídos no beiral das casas, os pássaros que pousam nos galhos das árvores podem estar em busca apenas de uma sombra ou um poleiro, pois se estiverem com fome, terão a opção de se alimentar de restos de pães e comidas que estão nos quintais das casas ou mesmo jogados nas ruas. Sendo assim a árvore neste exemplo adquire um valor ornamental, *status* de monumento, “uma compensação estética para as frias paredes de cimento ou um necessário complemento de lazer ou de repouso para a dinâmica intensiva de nosso cotidiano” (BRANCO, 1999, p. 131).

A preservação da segunda natureza, na maioria dos casos está pautada em interesses atávicos, estético, memória histórica, dentro outros e não pela sua importância para a vida do próprio homem. Os elementos naturais passam a ter um novo significado e uma nova utilidade devido a sua absorção e interferência cultural. Este pressuposto dá margem para a reflexão de diferentes conceitos de natureza, conforme verifica-se a seguir.

Semântica do Termo Natureza

A palavra natureza vem do latim *natura* cujas raízes têm significado de ação de fazer nascer, princípio de tudo o que nasce.

O dicionário Aurélio define o termo natureza como sendo “todos os seres que constituem o universo. Força ativa que estabelece e conserva a ordem natural de tudo quanto existe”. Define ainda a palavra natural como sendo “da natureza. Em que não há trabalho ou intervenção do homem. Sem artifício, espontâneo”. (FERREIRA, 2000, p. 481)

Neste contexto pode-se observar duas maneiras de conceber a natureza: uma estática (tudo o que existe) e outra dinâmica (força ativa). Estas concepções influenciaram os pensadores ao longo dos séculos e ainda hoje está presente na opinião dos cidadãos do século XXI. Isto pode ser confirmado através das respostas obtidas junto aos freqüentadores do Parque Mãe Bonifácia, como também nas respostas dos moradores dos edifícios de alto padrão que se localizam no entorno do parque, quando indagados sobre o conceito que eles possuem sobre natureza. As respostas obtidas foram:

“É tudo. O núcleo principal da vida, sem natureza nada em volta se progride, precisamos dela. É algo que Deus fez e a gente tem vínculo com ela. Que seria do homem se destruirmos a natureza? O homem se auto destruirá”. Mm/37 anos

“Para mim a natureza é um paraíso que o homem precisa valorizar”. Mf/39 anos

“Essência da vida”. Fm/17 anos

“Natureza são os verdes, os rios, os animais, sem prédios”. Ff/17 anos

Observamos nestas respostas que o conceito de natureza está relacionado a um ambiente estranho ao espaço urbano, pois este possui como ponto central a degradação da natureza. E ao mesmo tempo, aponta a necessidade de se preservá-la, porque ela é a essência da vida do homem. A natureza tem grande relevância para a qualidade de vida da população e não deveria ser considerada apenas como mais um ornamento urbano de forma a satisfazer os anseios e desejos do homem.

Natureza na Cidade

Na visão de Rodrigues (1999) o paradigma dominante da Geografia Urbana está em crise, mesmo que não haja uma nova conceituação, mas há uma necessidade de reformulação de conceitos, pois o novo contém também o velho.

A autora esclarece que de forma mais elementar, por muito tempo o estudo da Geografia Urbana estava baseado em descrição das cidades, deixando de lado a análise da realidade, ou seja, descreviam, a morfologia das cidades, desprezando a complexidade que envolve a cidade e o urbano. Assim esse paradigma foi deixado de lado, dando lugar ao modelo interpretativo, que não se isenta de descrições, mas referencia a interpretação do espaço urbano, analisando e compreendendo os agentes produtores da cidade, a morfologia intra e interurbanas, as formas de apropriação e produção de desigualdades sócio-espaciais, os movimentos sociais, os espaços públicos e privados. Neste sentido, busca-se interpretar a realidade e não somente a descrição da paisagem.

Mesmo esse paradigma (interpretativo) com suas análises, segundo Rodrigues (op. cit.), até recentemente desconsiderava a natureza e a dinâmica ambiental. Isto gerou uma crise no paradigma interpretativo, pois nesse modelo a questão ambiental era vista de forma insignificante porque caso se aprofundasse nessa questão poderia fugir do objeto de análise – o urbano. Este problema seria resolvido se não houvesse diferenciação de classes, ou seja, uma outra forma de organização da sociedade com um novo planejamento urbano. O paradigma interpretativo não compreendia que a dinâmica da produção destruía também as bases ambientais, que são necessárias para uma vida saudável e democrática, mesmo

analisando e considerando a questão da distribuição da pobreza e a concentração de riquezas.

Assim, é justamente onde há desenvolvimento e avanço no conhecimento científico e tecnológico, que os problemas ambientais são mais graves. Para solucionar um “problema” em curto prazo acabam gerando outros mais, cuja consequência será sentida em longo prazo – na natureza e conseqüentemente na vida do próprio homem.

A destruição da natureza em nome do avanço científico e tecnológico tem se expandido de forma acelerada nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, gerando “ilhas de riquezas e de progresso”, exemplo disso é o que vem ocorrendo nas grandes metrópoles, onde a paisagem natural tem dado lugar à paisagem de concreto.

As cidades mais poluídas têm o ar menos respirável, com maior geração de lixo, são tidas como sendo as mais dinâmicas, as mais desenvolvidas. A questão ambiental que antes era vista como uma anomalia do paradigma científico não pode ser desconsiderada, pois levando-se em consideração os problemas ambientais pode-se compreender a realidade de forma mais ampla e completa.

Sendo o desenvolvimento e o progresso a razão maior para a destruição dos recursos naturais, não tem como desconsiderá-los no estudo da dinâmica urbana. Isso não significa o aparecimento de um novo paradigma, mas que há uma necessidade mesmo dentro do paradigma interpretativo de se analisar a questão urbana no contexto ambiental. Infelizmente muitos estudos têm sido feitos levando em consideração alguns aspectos ambientais, mas não tratam de questões teóricas e metodológicas que interferem em mudanças paradigmáticas.

Rodrigues (op. cit.) explica que a razão para a ausência de uma análise mais complexa na compreensão da produção sócio-espacial é decorrente da dicotomia existente entre as ciências naturais e as ciências da sociedade. Somente com a inclusão da dinâmica da natureza na produção sócio-espacial é que se poderá contribuir para que o paradigma interpretativo da produção e do consumo da e na cidade possa dar conta da complexidade da dinâmica da produção sócio-espacial e da compreensão da problemática sócio-ambiental.

Porém, não é de hoje que se constata a necessidade de se preservar o ambiente. Isso pode ser confirmado com o fato ocorrido no ano de 1968, ano este em que foi criado o Clube de Roma na Academia Dei Lincei em Roma. Este clube era formado por cientistas de vários países, com o objetivo de propor soluções para os sérios problemas que estavam se agravando em razão do aumento da população que já exercia pressões sobre o delicado ecossistema do planeta.

Segundo Franco (2000, p. 138), estudos foram realizados mostrando que se o crescimento populacional e econômico continuasse em longo prazo, no ritmo que estava, as conseqüências seriam catastróficas como: escassez de recursos, poluição, fome, doenças, uma mortalidade mundial podendo a população do século XXI atingir o mesmo índice do início do século XX. Fazia-se necessário adotar uma política mundial de controle do crescimento a qual foi denominada de “Política de Crescimento Zero”.

Esta política não agradou aos países subdesenvolvidos, pois considerava o mundo como sendo homogêneo quanto ao consumo de energia e de recursos. Essa política condenava-os à condição de subdesenvolvidos e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano – a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foi vista por esses países como sendo um meio dos países ricos freá-los em seu desenvolvimento, tendo como desculpa o controle da poluição industrial, conclui a autora.

Na Conferência de Estocolmo, foram elaboradas metas ambientais e sociais sendo que a atenção estava voltada para os países em vias de desenvolvimento. Essa conferência foi marcada por fervorosas discussões sobre o ambiente *versus* desenvolvimento.

Como conseqüência deste debate criou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma, tendo sua sede mundial localizada em Nairobi. Visando acelerar as atividades de proteção ambiental dentro do sistema das Nações Unidas, criou-se o Fundo Voluntário para o Meio Ambiente que envolve não somente organismos regionais, mas internacionais, entidades governamentais, sendo gerenciado também pelo Pnuma.

Em 1983, foi criado pelo Pnuma a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), com objetivos de reexaminar os problemas críticos do meio ambiente e desenvolvimento do planeta, apresentando propostas para solucioná-los.

Através de estudos realizados, chegou-se à conclusão de que não há sentido opor meio ambiente e desenvolvimento, porque a qualidade do primeiro é o resultado da dinâmica do segundo. Revelando assim, que o problema não é algo somente técnico, mas social e político.

No Brasil, essa realidade não é diferente, pois, em meados da década de 1980 percebe-se uma concentração espacial da pobreza nas áreas urbanas, uma vez que estas áreas se tornaram foco de migrações da população do campo. E com a inserção dessas pessoas nas áreas urbanas, há conseqüentemente uma queda na qualidade de vida da população e alteração no ambiente urbano.

Rodrigues (1997a) entende por ambiente urbano o conjunto das edificações, com suas características construtivas, sua história e memória, seus espaços segregados, a infraestrutura e os equipamentos de consumo coletivos. Se apresentar condições modernas de

vida, pode ser considerado como um atributo do desenvolvimento. Compreende-se também como o conjunto de normas judiciais que estabelecem possibilidades de circulação de propriedade e de uso do espaço.

Ao se falar de ambiente urbano fala-se em desenvolvimento, e isto altera a concepção de cidade e de urbano do passado, ou seja, analisa-se a dinâmica da sociedade, levando em consideração também a problemática ambiental.

A cidade é o resultado das transformações realizadas pelo homem, quando este se apropria da natureza, e esta desaparece enquanto forma natural, dando lugar a formas concretas de crescimento econômico (assoreamento dos rios, derrubado de árvores, impermeabilização de terrenos, calçadas, ruas e outros).

Com base em Lefébvrè, Rodrigues (op. cit.) ressalta que a urbanização comanda a industrialização o que por sua vez resulta em problemas ambientais. Então acalora a discussão quando se associa qualidade de vida com modernidade e esta não leva em consideração a natureza.

Faz-se necessário uma releitura do território que permita compreender toda a problemática do ambiente urbano, pois a natureza está cada vez mais ausente da e na produção do espaço urbano, se tornando como um objeto lúdico, de lazer e sujeito à especulação imobiliária.

Neste sentido, Carvalho (2003) afirma que há uma grande necessidade de se repensar as cidades, criando novas estruturas e formas urbanas, que levam em consideração fatores como justiça social, qualidade de vida urbana, gestão ambiental deixando de lado o modelo de urbanização tradicional, promovendo uma maior valorização da natureza no cenário urbano, uma vez que esta ao longo do processo de urbanização brasileira, era considerada sem a devida importância. A paisagem natural como rios, córregos, flora, fauna, vem dando lugar às ruas, avenidas e bairros da cidade, intensificando assim os impactos ambientais urbanos. Segundo o referido autor, a natureza ainda que transformada não pode ser negada na cidade, mas fazer parte dela.

Na atualidade o papel da natureza na cidade que aqui pode ser traduzida como parques, jardins, hortos florestais, áreas verdes, dentre outros, precisa ser repensada de forma que propicie ambientes agradáveis, que promovam a qualidade de vida para a sociedade de modo geral. Na afirmativa de Carvalho (op. cit., p. 1), “é encarar seriamente esta questão levando em conta os conceitos de cidades saudáveis e socialmente justas, bem como da democracia e da cidadania”.

A problemática espacial tem sido um desafio à compreensão do espaço em suas múltiplas dimensões. Há necessidade de repensar, debater conceitos de desenvolvimento

sustentável ou sociedade sustentável tendo em vista que esta se concretiza no espaço. Debater também as formas pelas quais a natureza é apropriada tornando-se propriedade privada.

Em seus estudos, Henrique (2003) faz uma análise sobre as formas de apropriação da natureza por parte dos agentes imobiliários que em sua atuação agregam um valor à natureza transformando-a em uma mercadoria cara, por ser rara na cidade.

Segundo o referido autor, na atual sociedade de consumo os objetos e as mercadorias são colocados de uma forma que remete à idéia de natural, natureza, ou seja mais saudável. É o caso por exemplo, dos cremes dental que possuem sabor natural, papel higiênico sem perfume ou com perfume de flores, bebidas com sabores de frutas ou elementos da natureza (guaraná), e até mesmo algumas construções como edifícios de alto padrão cujos nomes remetem a idéia de natureza.

Neste sentido, cria-se toda uma propaganda em torno do empreendimento com o intuito de atrair a atenção dos compradores, pois quem não gostaria de morar próximo ao verde, a um ambiente natural em meio a selva de pedras tão comuns nas cidades hoje em dia?

Calvino afirma que a natureza é cada vez mais falsificada e está comprometida com os interesses do capital, pois por haver uma carência de elementos naturais nas cidades e o pouco que existe, se transforma num bem raro, passível de ser valorado (HENRIQUE, op. cit.)

Sob este prisma, Santana (1999, p. 180) afirma que:

[...] as 'novas raridades' servem de estratégia para a reprodução do capital por adquirirem valor de troca, e por conseguinte, transformarem-se em mercadoria. Estabelecem assim a propriedade privada dos outrora 'bens livres'.

Deste modo, uma camada da sociedade paga um preço alto para viver um estilo de vida que esteja em harmonia com esta raridade – a natureza, pois esta é sinônimo de qualidade de vida, *status* social, um privilégio para poucos. Os incorporadores imobiliários são os maiores beneficiados com esta “crise ambiental urbana”, haja vista os inúmeros anúncios que surgem a todo momento nos jornais, revistas, televisão, *outdoors* e folders como por exemplo:

“Venha viver ao lado do verde”³.

“Verde que te quero ter”.

Estas chamadas são feitas com o intuito de convencer as pessoas a adquirirem os imóveis que estão postos à venda e não para sensibilizar a consciência da sociedade no sentido de se preservar a natureza, de desfrutar das suas benesses.

Na relação que há entre a natureza e a sociedade, o meio natural vem sendo substituído por um ambiente cada vez mais artificializado e que paulatinamente vai sendo instrumentalizado pela sociedade.

Para Santos (1996) o meio natural nos primórdios da humanidade era usado sem muitas transformações, pois o homem só recolhia da natureza aquilo que seria necessário a sua sobrevivência, respeitando os limites da própria natureza. As técnicas rudimentares utilizadas e o trabalho por não serem usados de forma agressiva, promoviam uma harmonia com a natureza e esta tinha condições de reconstituir-se novamente.

Com o decorrer do tempo, a natureza vem sendo urbanizada e integrada à cidade para compor o “esteticamente belo” caindo assim por terra a visão do natural como sendo um espaço não organizado, não delimitado, desprotegido que contrasta com o urbano. A sociedade interpreta e utiliza a natureza com o objetivo de moldá-la a um projeto urbano.

A atual sociedade, de modo geral, vem assistindo ao processo de indefinição entre propriedade privada e a de uso coletivo. Esta indefinição objetivava propiciar o avanço das cidades sobre as áreas circundantes, as quais eram tidas como solo mal cuidado, vazio, terras abandonadas. A natureza que circundava os povoados, vilas e cidades, juntamente com as ruas, jardins e praças internas a essas cidades, eram consideradas de domínio público. Mas com a expansão das cidades e o avanço sobre as áreas circundantes, instalou-se a privatização da natureza e a renúncia ao espaço público, em outras palavras o que seria público torna-se privado, ainda que seja a própria natureza.

Leite (1994) ao analisar a renúncia do espaço público da cidade, elucida que esse processo se dá em função de diversos segmentos, entre eles destacam-se: nas camadas de mais altas rendas: pelo desenvolvimento privado de atividades culturais e de lazer; nas camadas de baixo poder aquisitivo: pela impossibilidade de participar de atividades públicas sociais ou culturais, seja pelo temor de sair de casa após o anoitecer – pois não há garantia de segurança seja por sua marginalização no processo de desenvolvimento cultural. A atuação do poder público agrava essa situação pelo isolamento - por meio de grades, muros ou procedimentos intimidatórios dos espaços públicos de usos coletivos, visando atender a

³ Folder ilustrativo do edifício Saint Mikhael, construído na Avenida Miguel Sutil

alegações de caráter discriminatório: falta de segurança, em função da permanência de desocupados, ou suspeitos, em praças públicas, parques e jardins ou falta de condições intelectuais para a participação popular em atividades culturais.

Assim, a cidade apresenta uma paisagem fragmentada e desorganizada: de um lado os espaços privados fortemente defendidos e do outro, espaços públicos abandonados e deteriorados. Neste sentido o processo de privatização da natureza acontece de duas maneiras onde ocorre a transformação de seu caráter público em privado. O público vem a ser aquilo que é comum a todos e diferencia do que é particular a alguns. Em outras palavras o público é o acessível a todos – de conhecimento público – contrapondo ao que é secreto – reservados aos povos.

As nações indígenas exemplificam o primeiro caso, pois são tidas como guardiãs de uma natureza circunscrita, demarcada sujeita, a leis e regras específicas de organização natural e social. O que era comum a todos se torna particular a alguns.

Exemplificando o segundo caso, temos algumas áreas naturais do território que são declaradas de interesse público por seu valor histórico e natural, assim se torna uma área de preservação permanente para garantir a conservação de suas características originais. O que era acessível a todos se torna reservados a poucos.

Esta prática é comum no Brasil (invasão do privado sobre o público) e isso torna a natureza abstrata, utilitária, manipulada, ou seja, uma mercadoria. Abstrata porque o que importa é a sua significação; utilitária porque lhe é atribuída uma função específica e precisa; manipulada porque é vista como um patrimônio ou como depositária de certas condições sociais a serem preservadas quando os desequilíbrios gerados pela ordem mundial vigente, impõem a necessidade de discutir alternativas que diminuam as enormes disparidades econômicas entre as nações.

A natureza e a cidade separam-se da consciência social no processo de urbanização por não definir as funções desempenhadas pelo natural e pelo construído. Resta sabermos então, quais são as novas relações que a natureza e a cidade guardam entre si.

Em suas considerações Rodrigues (2001) argumenta que os problemas ambientais urbanos são na realidade problemas sociais, pois na cidade para muitos a natureza é tida como um obstáculo ao porvir humano devendo esta ser abolida ou mesmo moldada de conformidade com os anseios humanos que podem ser materiais ou abstratos (*status social*). Por esse motivo os córregos, os rios que cortam a cidade são canalizados, o solo se torna impermeável para dar lugar às ruas e avenidas que irão facilitar a circulação de veículos cujos números vem aumentando cada vez mais, a vegetação de modo geral é derrubada para que se possam construir locais que proporcionem lazer, segurança,

moradia, comodidade e conforto às pessoas. Para justificar esta postura, prega-se que a natureza é mediada pelo valor de troca, ou seja, os elementos que a compõem – água, terra, ar, fauna, flora, precisam ser modelados, transformados quer pela sociedade, ciência, técnica ou tecnologia ou podem ser utilizados *in natura*.

A redução do natural ao construído, patrocinado pela urbanização, isto é, a redução dos rios a fontes geradoras de energia ou receptoras de dejetos, das árvores e plantas em áreas verdes, da iluminação e da verticalização em fontes de valorização imobiliária, inclui a correspondente indiscriminação entre olhar e ver. O olhar revela o resultado das ações – o cenário onde se desenvolve a vida, a velocidade das transformações. O ver implica a compreensão, o ritmo, a história e fatalmente a cruel revelação das contradições, dos problemas, das discriminações.

Com a urbanização sendo vista como um processo e não um produto, não há como pensar soluções parciais, criar métodos de estudos, tratamento e propostas para questões genericamente rotuladas como ecológica, naturais ou econômicas, mas sim pensar na totalidade das relações entre os elementos físicos, naturais, culturais, políticos e econômicos.

A nova relação entre a natureza e as cidades pedem a integração efetiva, a contextualização dos processos sociais, econômicos, culturais e naturais. Neste sentido, concordamos com Rodrigues (2001, p. 214) quando ela afirma que “é da natureza que se extrai a vida”.

Como analisado, o ambiente urbano, atualmente têm sua definição pautada em questões profundas, buscando a sua qualificação em prol da qualidade de vida dos indivíduos. Um exemplo claro é o conceito formulado por Corrêa (1997, p. 153), segundo o qual “meio ambiente vem a ser o resultado material da ação humana”. De um lado um reflexo dos conflitos sociais e de outro, o resultado do desenvolvimento das forças produtivas que geram novas tecnologias, novos meios de produção de ambiente. Engloba também os diferentes fluxos que interconectam os diferentes objetos criados pela ação humana, inserindo neste contexto o próprio homem.

Enquanto que para Cunha (2002, p.39) “o meio ambiente pode ser natural ou não, quando considerado afetado por intervenções antrópicas”. As cidades são exemplos bem claro disto, pois estas fazem parte do meio ambiente construído pelo homem, onde se busca a satisfação de suas necessidades relacionadas a um desenvolvimento tecnológico crescente.

A natureza segundo Sposito (1998), deixou de ser vista como algo a ser respeitado, mas sim como, algo a ser utilizado, de modo a servir o homem. O Parque Mãe Bonifácia

localizado na cidade de Cuiabá é um exemplo típico desta realidade apresentada por Sposito. A seguir discute-se o processo de criação do Parque Mãe Bonifácia.

Parque Mãe Bonifácia: de Quilombo a Parque da Cidade

O pesquisador Aníbal Alencastro, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) em seus estudos sobre a História de Mato Grosso elucida que ainda no século XIX, provavelmente antes da Lei Áurea, existiu nas proximidades de Cuiabá, exatamente do lado nordeste da cidade, uma mata densa, onde encontrava-se um reduto de escravos foragidos, identificados posteriormente como “Quilombo” cujo acesso era mantido no maior sigilo, para não serem encontrados pelos “Capitães do mato”. A sua entrada principal para não deixar rastros, teria sido através do leito de um córrego, que situava-se nas proximidades da estrada que dava acesso às vilas de Nossa Senhora da Guia, Brotas e Diamantino (ALENCASTRO, 2003).

Nessa localidade residia uma velha negra, também escrava, que pela sua idade avançada, ninguém mais a importunava. Por outro lado, a velha era requisitada pelas suas práticas de “curandeirismo”. Não sabendo os Capitães do mato que a tal velha controlava o acesso dos escravos rebelados ao Quilombo. Esta velha escrava, era a “Mãe Bonifácia”.

Com o passar do tempo, veio a abolição da escravatura e lá continuou a velha Mãe Bonifácia e com todo o direito, personificando a denominação do velho “Córrego da Mãe Bonifácia”. Este córrego recebe essa denominação em sua trajetória dentro do Parque Mãe Bonifácia, mas fora desta área é denominado de córrego do Caixão. Este córrego faz parte de uma micro bacia e constitui um dos formadores do Ribeirão da Ponte. Este grande vale, composto de um complexo vegetativo, formado de densas matas, cerrados e de áreas alagadiças, no passado foi até utilizado para caçadas esportivas. Posteriormente o Exército começou a utilizá-lo como área de instrução Militar (*Stand* de Tiros). Até os anos de 1950, existiam algumas chácaras na periferia daquele vale, como a “Chácara do Senhor Barroso” a do “Tenente Otacílio” e a do senhor “Holanda”.

A história da Mãe Bonifácia foi originalmente contada, ainda nos anos de 1950, pelo saudoso Mestre Anacleto Bento de Oliveira, filho de escravos que residiam naquele Quilombo. Local onde hoje está localizado o bairro Quilombo em Cuiabá.

Entre todos estes espaços verdes de Cuiabá, é o Parque Mãe Bonifácia o maior e melhor estruturado, pois possui uma área de aproximadamente 770 mil m², está localizado na região noroeste de Cuiabá, nos bairros Duque de Caxias, Quilombo e Morada do Sol. Limita-se ao norte e a oeste com a Avenida Miguel Sutil. Ao sul com a Avenida Cursino Arantes e a leste com a Avenida Filinto Müller. A cobertura vegetal é típica do cerrado apresentando árvores altas que formam a mata ciliar nas margens do córrego que corta o

parque – Córrego Mãe Bonifácia. Encontram-se também árvores de porte médio e arbustos nos terrenos mais elevados. Sendo possível encontrar espécies como: *Dipteryx alata* Vog.(cumbaru), *Curatella americana* L. (lixeira), *Hymenaea coubaril* L. (jatobá), *Cecropia pachystachya* Trec. (embaúba), *Anadenanthera columbrina* Bnen. (angico), *Acrocomia aculeata* Lodd. (bocaiuva) , dentre outros.

A significativa extensão da área e preservação florística do parque, possibilita a existência de uma fauna variada como por exemplo gambá (*Didelphidae*), sagüi (*Callithrichidae*), sabiá (*Mimidae*), bem-te-vi (*Turdidae*), periquito (*Psittacidae*) dentre outros. Quanto a fauna aquática esta provavelmente estará comprometida em razão da contaminação das águas do córrego, pois este recebe esgoto *in natura* de alguns edifícios, casas, que se localizam no entorno do Parque Mãe Bonifácia.

A área onde hoje está localizado o Parque Mãe Bonifácia, até meados da década de 1980 pertencia ao Ministério do Exército. Por muito tempo fora utilizada para a realização de treinamentos militares, conforme elucidado, porém com a abertura da Avenida Miguel Sutil, no final da década de 1960 e início da década de 1970, diversos comércios foram sendo atraídos para esta região e o treinamento colocava em risco a vida dos que se deslocavam para esta área. O Exército mudou o local de seu treinamento e a área ficou durante quase duas décadas totalmente inutilizada.

Em 08 de abril de 1999, a área de 77 hectares foi doada pelo Exército ao governo estadual para que este a transformasse em um espaço destinado ao lazer da população. Os recursos para a implementação do Parque resultaram de uma permuta entre o governo estadual e a empresa privada Enron Serviços do Brasil, advindos da compensação ambiental pela construção da usina termelétrica de Cuiabá e do gazoduto Brasil-Bolívia (CARLINI, 2000).

Antes mesmo da inauguração da primeira etapa do Parque Mãe Bonifácia em 2001, os moradores dos bairros vizinhos ao parque como Santa Helena, Duque de Caxias, Morada do Sol, Senhor dos Passos, Santa Rosa, Araés, Quilombo, dentre outros, já utilizavam suas trilhas para fins de lazer e caminhadas.

Atualmente o parque recebe pessoas dos mais variados bairros do Aglomerado Urbano Cuiabá – Várzea Grande como também pessoas de outros Estados que vêm visitar parentes que moram em Cuiabá, quando aproveitam a oportunidade para conhecer o Parque Mãe Bonifácia. Este local já se tornou um ponto turístico na cidade de Cuiabá. Isto pode ser confirmado através dos dados coletados junto aos frequentadores do parque, pois constatou-se pessoas como a Ff/ 45 anos que estava há três dias em Cuiabá, pois viera visitar a sua filha e não “poderia deixar de aproveitar a oportunidade de conhecer o Parque Mãe Bonifácia, uma vez que logo estarei voltando para o Estado de São Paulo”. Segundo

um funcionário do Parque Fm/36 anos *“as pessoas que vêm ao parque com frequência acaba se tornando uma grande família, pois todo mundo conhece todo mundo. Aqui é um lugar de integração entre as pessoas.”*

Nestes dois depoimentos pode-se observar o quanto este ambiente é apreciado pelos que dele desfrutam e o deleite ultrapassa a simples utilização para caminhadas como se verificam nas respostas dadas pelos freqüentadores quando questionados sobre os motivos por que utilizam o parque. As respostas obtidas foram: 46% dos entrevistados utilizam o parque para caminhadas, 13% para fins contemplativos, 27% para passeio com a família, 7% exercícios físicos e outros 7% trabalham no local. Observamos assim que a natureza vem sendo cada vez mais inserida no cotidiano das pessoas que residem próximo a esta área, seja por razões voltadas ao bem-estar físico e mental. Nas palavras de Fm/28 anos o Parque Mãe Bonifácia *“é um excelente local para meditação, contemplação, me sinto mais leve, solto”*. Conforme já elucidado o parque também é um local muito utilizado por famílias que vão em busca de um lazer saudável para seus filhos, ensinando-os desde a infância a ter respeito pela natureza.

Entre os entrevistados quando indagados sobre a freqüência com que vão ao Parque, observamos que a freqüência mais assídua são dos que moram nos bairros do entorno do parque. De acordo com os dados coletados junto aos freqüentadores do Parque, 27% se deslocam para lá pelo menos três vezes por semana, outros o fazem diariamente seja no período da manhã ou a tarde. Os que moram mais distantes se dirigem ao Parque com uma freqüência mais singular, e dependendo do local em que residem em Cuiabá, dentre os entrevistados, há os que se dirigem ao parque esporadicamente em razão dos custos de transportes.

Sabemos que as áreas verdes, seja sob forma de parques urbanos, jardins, horto florestal, trazem uma série de benefícios para a sociedade cidadina, sendo assim questionamos aos freqüentadores quais são os benefícios que o Parque Mãe Bonifácia traz para Cuiabá e as respostas obtidas estavam relacionadas à saúde física (local para caminhadas) saúde mental (meditação, contemplação, descanso, antiestresse) e proporciona uma integração entre as pessoas e a própria família.

A presença de áreas verdes nas cidades também são importantes devido a melhoria que estas proporcionam ao microclima local, minimizando a poluição atmosférica, sonora e visual, além dos benefícios diretos ao homem conforme já elucidado. Entretanto este é um processo que envolve os administradores, políticos e toda a sociedade de modo geral. Isto porque a tendência é que quanto maior o crescimento urbano desordenado, menos sensível se torna a preocupação com a preservação da natureza ou mesmo com a criação de áreas verdes que atendam a demanda da população e principalmente que não seja destinada a

apenas uma camada da sociedade, ou seja aquela que pode pagar o devido preço desta mercadoria tão rara e tão cara na cidade que é a natureza.

De acordo com Tarnowski (1991), o efeito mais influente dos parques sobre o espaço urbano reflete-se no incremento à especulação imobiliária, pois a garantia de um ambiente saudável qualifica, valoriza e torna mais vendável a mercadoria terra que esteja localizada nas cercanias das áreas verdes. Isto é o que ocorre no entorno do Parque Mãe Bonifácia, pois os edifícios de alto padrão vão tomando conta dos espaços ainda não edificados. Em entrevista ao Jornal a Gazeta, em junho de 2001, um dos diretores de uma das empresas construtoras de edifícios de alto padrão que atuam no entorno do parque afirmou que :

“o parque é um espaço completamente novo na cidade, uma área verde em pleno centro. Por isso, estamos apostando no potencial da região. A inauguração do Parque representa um novo filão para o setor imobiliário pelo fato de trazer mais qualidade de vida para a população.”

Deste modo verifica-se que a natureza é apropriada (este termo aqui é aplicado no sentido de apoderar-se, tomar para si) pelas construtoras e incorporadoras de apartamentos de alto padrão e os que adquirem estes imóveis pagam um preço que engloba a compra de um bem de interesse comum a todos os cidadãos, ou seja, pagam um preço altíssimo em nome do *status* de se morar junto ao Parque Mãe Bonifácia e ao mesmo tempo sendo bem servidos de infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos, pois nesta área está localizado também um dos maiores *shopping center* da capital – *Goiabeiras Shopping*, conta também com a presença de escolas, supermercados, hospital, centro de convenções - Centro de Eventos do Pantanal e uma avenida de fácil acesso a outros pontos da cidade – Avenida Miguel Sutil.

Um outro exemplo da forma de apropriação da natureza e mesmo da idéia de natureza se mostram nos o edifícios que estão sendo construído a poucos metros de uma das entradas do Parque. Um deles tem como nome Rio Cuiabá Park, ao mesmo tempo que faz referência ao rio que corta a cidade de Cuiabá, faz alusão ao Parque.

A construção deste edifício esta sob a administração da Camilotti e possui 25 andares, sendo 4 apartamentos por andar. Está localizado na esquina da Avenida Senador Filinto Müller com a avenida Miguel Sutil, ou seja, faz divisa com o Parque Mãe Bonifácia. Do mirante do parque pode-se avistar o muro de concreto que faz limite com a área do parque, dando ao fundo com um dos lados do estacionamento do Parque Mãe Bonifácia.

Podemos citar também como exemplo o edifício Torre do Sol, em fase inicial de sua construção sob a responsabilidade também da Camilotti. Entretanto este edifício está localizado a poucos metros de uma outra entrada do parque, a Duque de Caxias. O que nos chama a atenção nesta obra é que existe uma cerca de arame que faz limite com a área do parque.

Próximo a este edifício, o Grupo GMS está construindo o Maison São Georges, cujas bases já estão lançadas e terá duas torres sendo dois apartamentos por andar com três quartos a sua entrega está prevista para fevereiro de 2006. No folder ilustrativo de pré-lançamento destacam-se os seguintes slogans:

“Sacada panorâmica totalmente voltada para o Parque Mãe Bonifácia.”

“Num ambiente neoclássico sua família desfrutará de todo conforto e segurança tendo o parque Mãe Bonifácia como um prolongamento de sua área de lazer”.

Outros empreendimentos imobiliários que chamam a atenção são os edifícios do grupo Plaenge. São empreendimentos também voltados para a classe alta e mesmo que o seus nomes não remetam à idéia de natureza todos estão localizados bem próximos ao Parque Mãe Bonifácia.

Deste modo a sensação que se tem segundo Ff/29 anos é que “ *estamos em uma redoma e a natureza está sendo oprimida pelas construções, todavia tem tentado resistir. É o verde numa selva de pedras.*” Este é um desabafo de uma das entrevistadas no Parque Mãe Bonifácia quando indagada sobre a opinião referente à verticalização que se intensifica no entorno do Parque Mãe Bonifácia.

A proximidade com esta “ilha verde” interfere diretamente nos preços dos empreendimentos destinados à classe de alto poder aquisitivo, haja vista que os valores dos apartamentos dos edifícios que estão sendo construídos ali são superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) podendo chegar até a importância de R\$ 473.000,00 (quatrocentos e setenta e três mil reais). Neste sentido indagamos aos moradores dos edifícios do entorno do parque qual seria a importância de se morar próximo ao parque. Dentre as respostas obtidas 53% do total estavam relacionadas com aspectos naturais e deste valor 24% foram específicos em dizer que a importância de se morar próximo ao Parque Mãe Bonifácia é em razão da proximidade com a natureza. Os outros 47% das respostas estavam relacionadas ao lazer, espaços para práticas de exercícios físicos, silêncio e alguns não responderam esta questão.

A necessidade de contato com a natureza conforme já elucidado, influencia muito na escolha do imóvel e por esta razão as campanhas publicitárias dos edifícios de alto padrão dão tanta ênfase à proximidade do imóvel ao Parque Mãe Bonifácia. Em outras palavras,

apropriam-se da natureza como se esta fosse parte do empreendimento adquirido pelo cliente e este irá pagar o preço exigido para se ter acesso a natureza, como se esta fosse de caráter particular, pois vem no “pacote” de vantagens para a aquisição do imóvel.

Considerações Finais

A problemática espacial tem sido um desafio à compreensão do espaço em suas múltiplas dimensões. Há necessidade de repensar, debater as formas pelas quais a natureza é apropriada e se torna uma propriedade privada. Ao longo da construção deste estudo observamos que a natureza é tida como um objeto a ser dominado e adaptado ao contexto urbano, pois a sociedade tendo conhecimento dos benefícios que a natureza traz para a cidade, como por exemplo amenidades climáticas, exige que ela seja preservada, porém de forma agradável aos olhos e que proporcione satisfação aos cidadãos. Tal postura abre as portas para a atuação de agentes que promovem e viabilizam a especulação imobiliária dos imóveis próximos a estas áreas.

A verticalização que se firma no entorno do Parque Mãe Bonifácia comprova a veracidade deste fato. As pessoas que adquirem imóveis nesta área tem a certeza que é um espaço privilegiado na cidade de Cuiabá e com a garantia de um imóvel valorizado por estar próximo ao parque. Isto agregado a necessidade interior que o homem tem de buscar a harmonia entre o natural e artificial, pagam o preço que lhes são impostos.

Enquanto que os que pertencem a classe de menor poder aquisitivo e que residem em áreas periféricas da cidade são privados desse contato com a natureza, isto porque normalmente os bairros de Cuiabá não possuem espaços destinados a áreas verdes. Como já comentamos a natureza perde o seu valor de um bem comum para se tornar uma mercadoria desfrutável principalmente por aqueles que por ela podem pagar o devido preço.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Aníbal. **Cuyabá: histórias, crônicas e lendas**. São Paulo: Yangraf, 2003.
- BRANCO, Samuel Murgel. **Eossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente**. 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.
- CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Repensando as áreas verdes urbanas In: **TERRITÓRIO e CIDADANIA**: boletim do laboratório de planejamento municipal. Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento – IGCE – Unesp/ campus Rio Claro. Ano III n. 02 – julho – dezembro de 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CUNHA, Rita Dione de Araújo. **Os usos e tratamentos da área de lazer da área central de Florianópolis**, 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar**. 4ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FERREIRA, João C. V. ; SILVA, Pe. José M. **Cidades de Mato Grosso: origem e significado de seus nomes**. Cuiabá: J. C. V. ferreira, 1998.

- FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: FURB, 2000.
- HENRIQUE, Wendel. A cidade e a natureza: a apropriação da idéia de natureza palos empreendimentos imobiliários em São Paulo. In: **III Seminário de PÓS-GRADUAÇÃO EM GRADUAÇÃO DA UNESP DE RIO CLARO**. Rio Claro: 08 a 10 de dezembro de 2003.
- LEITE, Maria Ângela F. Pereira. A natureza e a cidade: rediscutindo suas relações in: SOUZA, Maria Adélia A.; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano, ARROYO, Mônica (orgs.). **O novo mapa do mundo – natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. O meio ambiente urbano; algumas proposições metodológicas sobre a problemática ambiental. In: SILVA, José Barzacchiello (org.). **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EdUFC, 1997a.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. A dinâmica ambiental e a geografia urbana. In: SILVA, Sylvio Bandeira de Melo; VASCONCELOS, Pedro de Almeida (orgs.). **Novos estudos da geografia urbana brasileira**. Salvador: UFBA, 1999.
- RODRIGUES, Arlete Moysés A produção do espaço e ambiente urbano. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n], 2001.
- SANTANA, Paola Verri de. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. Presidente Prudente: UNESP, 1998. (mimeo.)
- TARNOWSKI, Luiz Celso. Preservação do meio ambiente e arborização urbana. IN: IN: Encontro Nacional sobre o Meio Ambiente, 3, Londrina, 1991. **Anais**, 1991.
- VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **Metropolização regional: formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso**. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: 2002